

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

CONTABILIDADE PÚBLICA E AUDITORIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTABILIDADE PÚBLICA E AUDITORIA

DISCIPLINA: CONTABILIDADE PÚBLICA
RESUMO
A contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, possui aspectos como qualquer outra ciência: um objeto de estudo, um objetivo e campos de aplicação. O objeto da ciência contábil, em seu sentido amplo, é o patrimônio constituído por bens, direitos e obrigações vinculados a uma entidade. Assim como ocorre em outras ciências, a contabilidade possui ramificações, seja para fins acadêmicos, seja para profissionais. Por ser a contabilidade governamental uma dessas ramificações da ciência contábil, não poderia ter um objeto diferente da ciência que a origina.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO ENTIDADES A QUE SE DESTINA A CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL LEIS E REGULAMENTOS APLICADOS À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS ESTRUTURA CONCEITUAL APLICADA À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL (NBC TSP)
AULA 2 INTRODUÇÃO REGIMES CONTÁBEIS APLICADOS À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CRITÉRIOS PARA RECONHECIMENTO
AULA 3 INTRODUÇÃO INSTRUMENTOS PARA PLANEJAMENTO PÚBLICO RECEITA PÚBLICA DESPESA PÚBLICA ILUSTRAÇÃO – ETAPAS DA RECEITA E DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA
AULA 4 INTRODUÇÃO ESTRUTURA DO PCASP NATUREZA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL LANÇAMENTOS E REGRAS DE INTEGRIDADE SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL (SIAFI)
AULA 5 INTRODUÇÃO COMPONENTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AULA 6

INTRODUÇÃO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

BALANÇO FINANCEIRO E CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- SOBRE O TESOUREIRO Nacional. Tesouro Nacional, 15 maio 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ASbQY5uUH8>.
- ZEFF, S. A. A evolução do IASC para o IASB e os desafios enfrentados. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, v. 25, p. 300-320, set./dez. 2014.

DISCIPLINA:

AUDITORIA E CONTROLE FINANCEIROS

RESUMO

A contabilidade e a auditoria são áreas estreitamente relacionadas, já que a base para a atuação dos auditores contábeis está nas demonstrações contábeis, que são produzidas e expressas por meio de sistemas de contabilidade, sendo preparadas pelo setor de contabilidade e controladoria das organizações. O processo evolutivo da auditoria contábil está atrelado à evolução da contabilidade como ciência e setor auxiliar à gestão, no processo de suporte informacional e de tomada de decisões. A abordagem da área foi aprimorada, ao longo do tempo, por parte da auditoria externa, refletindo necessidades ligadas à evolução das organizações, em especial o aumento da complexidade nas transações, no comércio exterior e nas novas formas de arranjo organizacional, considerando principalmente a inovação tecnológica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

ÓRGÃOS E ENTIDADES RELACIONADAS

AUDITORIA INTERNA E AUDITORIA INDEPENDENTE NA CONTABILIDADE

INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR EXTERNO

APLICAÇÃO DAS NORMAS DE AUDITORIAS VIGENTES NO BRASIL

AULA 2

INTRODUÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL E DISCUSSÕES PARA A AUDITORIA

AUDITORIA CONTÁBIL E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTAS EXPLICATIVAS PARA A AUDITORIA

APLICAÇÃO DAS PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AULA 3

INTRODUÇÃO

AS ATIVIDADES PRELIMINARES DO TRABALHO DE AUDITORIA

OS PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

PAPÉIS DE TRABALHO

APLICAÇÃO DOS MODELOS DE TRABALHO DO AUDITOR E SUA ANÁLISE

AULA 4

INTRODUÇÃO

AS NORMAS PROFISSIONAIS DO AUDITOR INDEPENDENTE

O PROCESSO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

REQUISITOS ÉTICOS, Ceticismo e JULGAMENTO PROFISSIONAL

PRÁTICA 4: APLICAÇÃO DAS NORMAS RELATIVAS À AUDITORIA INTERNA (AI)

AULA 5

INTRODUÇÃO

O PROCESSO DE AMOSTRAGEM NA AUDITORIA CONTÁBIL

A APLICAÇÃO DE TESTES EM AUDITORIA

MATERIALIDADE EM AUDITORIA

APLICAÇÃO DA AUDITORIA E O CONTROLE INTERNO

AULA 6

INTRODUÇÃO

AS MODIFICAÇÕES NA OPINIÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE

INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO-COMENTÁRIO

O PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXEMPLO DE EMISSÃO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TA 220 Estrutura Conceitual, de 20 de novembro de 2015. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 nov. 2015.
- IAA BRASIL. Definição de Auditoria Interna. Disponível em: <https://iia brasil.org.br/ippf/definicao-de-auditoria-interna>.

DISCIPLINA:

PRESTAÇÃO DE CONTAS (ACCOUNTABILITY)

RESUMO

Atualmente, vemos que a sociedade está cada vez mais ávida por conhecer como funciona a estrutura pública que dá sustentação ao Estado; em outras palavras, a população passa a compreender que seu papel vai além do processo eleitoral, devendo estar presente no dia a dia da gestão pública. Quando se trata de estrutura pública, ela é composta por formas pelas quais a administração pública se organiza para cumprir seu dever, que é prover o melhor atendimento à população. Nessa organização, temos a divisão das responsabilidades e como as atividades serão distribuídas entre todas as unidades da gestão pública. Por exemplo, temos como organização dos serviços do Estado a administração pública direta, aquela prestada diretamente pelo Poder Público, em todas as suas instâncias, enquanto a indireta é prestada por empresas de

personalidade jurídica instituídas pelo Poder Público para prestar esses serviços, como autarquias, fundações, empresas públicas, empresas de sociedade mista..

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O QUE É ACCOUNTABILITY
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
PRINCÍPIOS DA GESTÃO PÚBLICA
ESTUDO DE CASO: O NEPOTISMO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AULA 2

ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PÚBLICA
ACCOUNTABILITY E OS DEVERES DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PRIVADA
ESTUDO DE CASO: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AULA 3

ACCOUNTABILITY VERTICAL
ACCOUNTABILITY SOCIAL (SOCIETAL)
RESPONSABILIDADE E RESPONSABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA
ESTUDO DE CASO: A TRANSPARÊNCIA NO COMBATE À COVID-19 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AULA 4

MECANISMOS E TÉCNICAS ORGANIZACIONAIS PARA ACCOUNTABILITY
PRESTAÇÃO DE CONTAS E TRANSPARÊNCIA
RESPONSABILIDADE E RESPONSABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA
ESTUDO DE CASO: A TRANSPARÊNCIA NO COMBATE À COVID-19 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AULA 5

DIFERENÇA ENTRE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA E CONTABILIDADE PÚBLICA
OBJETIVOS DA CONTABILIDADE PÚBLICA
MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO
PRÁTICAS: LANÇAMENTOS EM BALANÇO PATRIMONIAL DE UMA PREFEITURA

AULA 6

OBJECTIVE AND KEY-RESULTS (OKR)
KPIs DE ACCOUNTABILITY
CULTURA E RESPONSABILIDADE DE ACCOUNTABILITY
PRÁTICAS: OKRS VOLTADOS PARA A GESTÃO FINANCEIRA/ORÇAMENTÁRIA DE UMA PREFEITURA

BIBLIOGRAFIAS

- ALPERSTEDT, H. D. Os 5 princípios da administração pública! Politize!, 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/principios-administracao-publica/>.
- ALVES, E. B. Accountability tem a ver com cuidar do próximo. 2021. Disponível em: <https://inovadoresinquietos.com.br/blog/accountability-tem-a-ver-com-cuidar-do-proximo>.

- RIBCZUK, P.; NASCIMENTO, A. R. do. Governança, governabilidade, accountability e gestão pública: critérios de conceituação e aferição de requisitos de legitimidade. Revista Direito Mackenzie, v. 9, n. 2, p. 219-236, 2015.

DISCIPLINA: PERÍCIA CONTÁBIL E ARBITRAGEM
RESUMO
O estudo da Perícia contábil no Brasil vem desde 1928, com a primeira definição dada por Santos: o exame feito na contabilização de uma administração com o fim de determinar a regularidade ou irregularidade, ou a situação dos fatos ou somente de certos atos que à mesma administração se prendem. A perícia pode se estender ao estudo dos serviços contábeis afim de dar-lhes organização ou aconselhar reformas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO FUNDAMENTOS DA PERICIA CONTÁBIL DIFERENÇAS ENTRE PERÍCIA E AUDITORIA ASPECTOS PROFISSIONAIS ASPECTOS TÉCNICOS E DOUTRINÁRIOS
AULA 2 INTRODUÇÃO NBC TP 01 – PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DA PERÍCIA NBC TP 01: PLANEJAMENTO NBC PP 01: NORMAS RELATIVAS AO PROFISSIONAL NBC PP 01: RESPONSABILIDADES
AULA 3 INTRODUÇÃO PERÍCIA ARBITRAL HONORÁRIOS DO PERITO JUSTIÇA GRATUITA MERCADO DE TRABALHO
AULA 4 INTRODUÇÃO QUESITOS PERITO CONTADOR-ASSISTENTE PROVA PERICIAL ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS
AULA 5 INTRODUÇÃO SEGUNDA PERÍCIA, DISPENSA E ANTECIPAÇÃO DA PROVA PERICIAL CONTÁBIL PARECER TÉCNICO PERÍCIA CONTÁBIL NA JUSTIÇA DO TRABALHO

ESTUDO DE CASO - PERÍCIA CONTÁBIL TRABALHISTA

AULA 6

INTRODUÇÃO

NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

FRAUDE E ERRO

CASOS DE APLICAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL E SUGESTÃO DE QUESITOS

PERÍCIA NA CONTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

BIBLIOGRAFIAS

- _____. Lei 9.457, de 5 de maio de 1997. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 6 maio 1997.
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Resoluções n. 750/93 e 858/99. Brasília, 2009; 1999.
- _____. Resoluções n. 1.243 e 1.244. NBC TP 01 e NBC PP 01. Brasília, 2009.

DISCIPLINA:

ASSESSORIA EXECUTIVA E RELAÇÕES PÚBLICAS

RESUMO

Nesta disciplina abordaremos as principais funções que envolvem a assessoria, fazendo uma analogia com as funções que embasam o processo gerencial: planejar, organizar, dirigir e controlar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

PLANEJAR

ORGANIZAR

DIRIGIR

CONTROLAR

AULA 2

INTRODUÇÃO

ÁREA DE ATUAÇÃO: PÚBLICO E PRIVADO

ÁREA DE ATUAÇÃO: RAMOS

CONSULTORIA

NOVOS NICHOS

AULA 3

INTRODUÇÃO

GESTÃO DA INFORMAÇÃO

GESTÃO DO TEMPO

GESTÃO DE RECURSOS

GESTÃO DE PESSOAS

AULA 4

INTRODUÇÃO

VALORES

CRENÇAS

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL
INTELIGÊNCIA ESPIRITUAL

AULA 5

INTRODUÇÃO
COMUNICAÇÃO VERBAL E NÃO VERBAL
COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA
RAPPORT
EMPATIA

AULA 6

INTRODUÇÃO
O QUE SÃO OS SISTEMAS REPRESENTACIONAIS
SISTEMA REPRESENTACIONAIS
LINGUAGENS DO AMOR
TESTE AS CINCO LINGUAGENS DO AMOR

BIBLIOGRAFIAS

- ASSESSORIA. Dicio. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/assessoria/>.
- CHIAVENATO, I. Administração nos novos tempos: os novos horizontes em administração. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.
- LACOMBE, F. J. M. Teoria geral da administração. São Paulo: Saraiva, 2009.

DISCIPLINA:

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

RESUMO

Ante o surgimento e organização da Administração Pública, que advém do século XVIII e XIX, quando o Estado deixou de ser absolutista e passou a ser Estado de Direito, separando os Poderes e estabelecendo conexões com vários ramos do direito, surgiram princípios e normativas para garantir a segurança ao direito do povo em relações particulares e públicas. Para entendermos melhor a grande máquina que se tornou a Administração Pública, devemos estudar de uma forma mais aprofundada os temas principais: centralização e descentralização; concentração e desconcentração; administração direta e indireta, por meio das autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências reguladoras; agências executivas e terceiro setor. Nesse contexto, destacamos que a centralização ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira direta, por meio de seus órgãos e agentes que compõem sua estrutura. A descentralização, por sua vez, ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira indireta, delegando-as a outras entidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
ATOS ADMINISTRATIVOS
PRINCÍPIOS E RESPONSABILIDADES DO DIREITO ADMINISTRATIVO
PODERES ADMINISTRATIVOS
CLASSIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 2

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO
MODALIDADES DA LICITAÇÃO
EXCLUDENTES DE LICITAÇÃO
REVOGAÇÃO, INVALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS
TIPOS DE CONTRATO
CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS
EXECUÇÃO E INEXECUÇÃO CONTRATUAL

AULA 4

INTRODUÇÃO
O MERCADO ECONÔMICO E GESTÃO DE CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
GESTÃO DE CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE GESTÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS
A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCIPAIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ASPECTOS IMPORTANTES AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A LEI N. 8.666/93
EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
BENS PÚBLICOS

AULA 6

INTRODUÇÃO
CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
TERCEIRO SETOR – LEI N. 13.019/2014
CONTROLES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E OUTRAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES À GESTÃO E À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

BIBLIOGRAFIAS

- CARVALHO, M. Manual de Direito Administrativo. 5. ed. Salvador, BA: Editora Juspodium, 2017.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- FILHO, J. dos S. C. Manual de Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

DISCIPLINA:
FINANÇAS CORPORATIVAS

RESUMO

Nesta disciplina vamos explorar temas que envolvem as finanças corporativas e o mercado de capitais. Primeiramente, abordamos os elementos das finanças corporativas (origem das finanças, abrangência e mercado de trabalho) e, na sequência, mostramos os mercados financeiros primários e secundários e as formas de negociação (como funciona cada um desses mercados). Por último, mostramos hipóteses, teorias e modelos que sustentam esse mercado (hipóteses de mercados eficientes – HME, teoria da agência, assimetria de informação e modelo de precificação de ativos – CAPM).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ELEMENTOS DE FINANÇAS CORPORATIVAS

MERCADO FINANCEIRO: PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO E FORMAS DE NEGOCIAÇÃO

HIPÓTESE DE MERCADOS EFICIENTES (HME)

TEORIA DA AGÊNCIA E ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO

MODELO DE PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS (CAPM)

AULA 2

DECISÕES DE INVESTIMENTOS E DIMENSIONAMENTO DOS FLUXOS DE CAIXA

CUSTO DE CAPITAL DE TERCEIROS

CUSTO DE CAPITAL PRÓPRIO

CUSTO MÉDIO PONDERADO DE CAPITAL (WEIGHTED AVERAGE COST OF CAPITAL – WACC)

FLUXOS DE CAIXAS INCREMENTAIS

AULA 3

TIPOS DE POLÍTICAS DE DIVIDENDOS

RELEVÂNCIA E IRRELEVÂNCIA DOS DIVIDENDOS

LIQUIDEZ, SINALIZAÇÃO E OUTRAS CONSIDERAÇÕES NA POLÍTICA DE DIVIDENDOS

CONFLITO DE AGENTES E CAIXA DISPONÍVEL PARA DIVIDENDOS

PRÁTICA LEGAL DA DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS, BONIFICAÇÕES, JUROS SEM CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)

AULA 4

FONTES DE FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO: UTILIZAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO

FONTES DE FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO: UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS

ESTRUTURA DE CAPITAL: CONCEITOS BÁSICOS

ESTRUTURA DE CAPITAL: AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO E DA ESTRUTURA DE CAPITAL

DIFICULDADES FINANCEIRAS, ENDIVIDAMENTO E AVALIAÇÃO

AULA 5

MERCADO DE CAPITAIS

VALORES MOBILIÁRIOS

MERCADO DE CAPITAIS E AS EMPRESAS

A BOLSA DE VALORES NO BRASIL E NO MUNDO

NEGOCIAÇÕES COM AÇÕES NA BM&FBOVESPA

AULA 6

ANÁLISE FUNDAMENTALISTA DE AÇÕES
ANÁLISE MACROECONÔMICA E SETORIAL
ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS DA EMPRESA
A ANÁLISE TÉCNICA DE AÇÕES
ANÁLISE GRÁFICA E INDICADORES TÉCNICOS

BIBLIOGRAFIAS

- ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- FAMA, E. F. Efficient capital markets: a review of theory and empirical work. The Journal of Finance, Chicago: American Finance Association, v. 25, n. 2, p. 383-417, May 1970.
- GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

DISCIPLINA:

AUDITORIA FISCAL E TRIBUTÁRIA

RESUMO

Porque é necessário saber da Administração Pública? Ou por que é preciso conhecer os princípios que regem essa administração? O mercado de trabalho cobra, cada vez, que estejamos atualizados sobre a Economia, Política, Segurança, Educação e uma série de assuntos que, de uma forma ou de outra, estão próximos de nós ou têm influência sobre o nosso cotidiano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

FUNÇÕES DO ESTADO
CONCEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO
REGIME DE DIREITO PRIVADO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 2

ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: UM DIREITO UNIVERSAL
ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL
CULTURA DE SEGREDO VERSUS CULTURA DE ACESSO
NOVOS MECANISMOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO
ACESSO: QUAIS SÃO AS EXCEÇÕES?

AULA 3

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
LICITAÇÕES
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 4

ART. 1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
ART. 22: MODALIDADES DE LICITAÇÃO
ART. 24: DISPENSA DE LICITAÇÃO
ART. 27: HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO
ART. 38: PROCEDIMENTOS E ETAPAS

AULA 5

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
DO PLANEJAMENTO
DA DESPESA PÚBLICA
TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
DA RECEITA PÚBLICA

AULA 6

INTRODUÇÃO À LEI N. 4.320/1964, QUE TRATA DAS FINANÇAS E ORÇAMENTOS PÚBLICOS
SOBRE AS RECEITAS
SOBRE AS DESPESAS
SOBRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
SOBRE O CONTROLE INTERNO E EXTERNO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- CALCIOLARI, R. P. Quem controla o controlador? Polêmicas advindas da aprovação da Lei 13.655/2018. Consultor Jurídico, 4 maio 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mai-04/ricardo-calciolari-polemicasadvindas-aprovacao-lei13655>.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito administrativo. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA:

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

A área de gestão em uma empresa, seja ela pública ou privada, é responsável pelo planejamento, execução e monitoramento de atividades com vistas a atingir seus objetivos estratégicos. Já a governança irá direcionar a gestão por meio de diretrizes, definindo responsabilidades na organização. Ela orienta a forma como as organizações serão dirigidas. A governança corporativa é um sistema em que as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas e envolvem o relacionamento entre diversos atores, como sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e outras partes interessadas (IBGC 2017, citado por Giacomelli, 2017).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO ÀS DIRETRIZES CORPORATIVAS
GOVERNANÇA
ARTICULAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E O AMBIENTE DE TRABALHO
PESSOAS X TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

AULA 2

INTRODUÇÃO AO GREEN IT NA EDUCAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
GREEN IT E SUSTENTABILIDADE
ENERGIA LIMPA E LEAN
ECONOMIA CIRCULAR E ATIVOS DE TI
POLUIÇÃO ELETROMAGNÉTICA, SAÚDE E ERGONOMIA

AULA 3

QUALIDADE TOTAL E MELHORIA CONTÍNUA
GESTÃO DE DESEMPENHO E SATISFAÇÃO DE CLIENTES DE TI
BOAS PRÁTICAS DE TI
NORMAS ISO/IEC
FRAMEWORKS DE GOVERNANÇA DE TI

AULA 4

ITIL
ESTRATÉGIA E DESENHO DE SERVIÇOS
TRANSIÇÃO E OPERAÇÃO DE SERVIÇO
MELHORIA CONTÍNUA DE SERVIÇO E GSTI
CERTIFICAÇÃO

AULA 5

ISACA E COBIT
COBIT 5
MODELO DE INFORMAÇÕES E RECURSOS DE TI
GOVERNANÇA E GESTÃO
IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

AULA 6

ITIL X COBIT
GERENCIAMENTO DE PROJETOS (PRINCE 2 E PMBOK)
GERENCIAMENTO ÁGIL DE PROJETOS
MODELOS DE MATURIDADE (CMMI E MPS.BR)
TOGAF, ITSM E ARQUITETURA CORPORATIVA DE TI

BIBLIOGRAFIAS

- CACAU SHOW. Disponível em: www.cacaushow.com.br. Acesso em: 31 jan. 2022.
- CAMBIAGHI, S. Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. 3. ed. São Paulo: Senac, 2018.
- CAMPOS, V. F. Gerenciamento pelas diretrizes. 5. ed. Nova Lima: Falconi, 2013.

DISCIPLINA:
CONTROLADORIA

RESUMO

Nos últimos anos, muitos estudos têm se dedicado a explorar os principais aspectos da controladoria, no entanto você deve estar se perguntando como ela surgiu. Você conhece a história da controladoria? A origem da controladoria está ligada de forma direta ao processo de evolução dos meios sociais e de produção que ocorreram com a Revolução Industrial (desde o século XVIII). Dentre os fatores responsáveis pela origem da controladoria, cita-se: “Aumento em tamanho e complexidade das organizações; globalização física das empresas; crescimento nas relações governamentais com negócios das companhias; aumento no número de fontes de capital” (Schmidt; Santos; Martins, 2014, p. 1). O primeiro fator é talvez um dos mais impactantes no modelo de gestão das organizações: as grandes empresas passaram por diversas modificações no que tange a sua estrutura, devido às mudanças nos processos de produção estimuladas pela Revolução Industrial. Com ela, a natureza dos negócios mudou, surgiram grandes empresas, e, com a construção da estrada de ferro nos Estados Unidos (século XIX), tornou-se possível o aumento da produtividade devido ao aumento da demanda de produtos (Schmidt; Santos; Martins, 2014). Assim, com o aumento físico das empresas, juntamente com a ampliação da demanda, houve a necessidade de criação de mecanismos de acompanhamento e gestão dessas novas instituições.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

CONTROLADORIA

PAPEL DA CONTROLADORIA NO PROCESSO DE GESTÃO

CONTROLADORIA COMO ÓRGÃO EMPRESARIAL

RAMO DE CONHECIMENTO E O PROFISSIONAL DE CONTROLADORIA

AULA 2

INTRODUÇÃO

ESTILO DE GESTÃO

PROCESSO DE GESTÃO E MODELO DE DECISÃO

MODELO DE INFORMAÇÃO

MODELO DE MENSURAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO

CONTABILIDADE GERENCIAL

CONTABILIDADE FINANCEIRA

CONTABILIDADE, FISCO E LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS E A ANÁLISE ATRAVÉS DE INDICADORES

ECONÔMICO-FINANCEIROS

AULA 4

INTRODUÇÃO

ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO OPERACIONAL

ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

VANTAGEM DO USO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

AULA 5

INTRODUÇÃO
LIMITAÇÕES DO ORÇAMENTO
PLANEJAMENTO ECONÔMICO
PLANEJAMENTO FINANCEIRO
PLANEJAMENTO DE CAPITAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
BENEFÍCIOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL
SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM CONTROLADORIA
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EMPRESARIAL (SIGE)
ASPECTOS GERAIS DE BALANCED SCORECARD

BIBLIOGRAFIAS

- FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P. C. Controladoria: teoria e prática. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JUNIOR, J. H.; SILVA, C. A. S. Controladoria estratégica: textos e casos práticos com solução. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; MARTINS, M. A. S. Manual de controladoria. São Paulo: Atlas, 2014.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO ECONÔMICO E POLÍTICAS

RESUMO

Nesta disciplina, iremos abordar questões relacionadas à atividade de planejamento econômico de uma organização, por meio da análise de cenários, buscando desenvolver uma visão de futuro para pessoas e empresas, de modo a auxiliar no processo de tomada de decisão. O planejamento e a análise de cenários é relevante no processo de tomada de decisão, principalmente se levarmos em consideração a complexidade e o dinamismo do ambiente em que vivemos. A partir da globalização, com a internet e o uso de tecnologias cada vez mais rápidas, as informações vão de um lugar a outro rapidamente, podendo causar impactos negativos ou positivos, a depender da preparação e do conhecimento dos envolvidos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ANÁLISE DE CENÁRIOS ECONÔMICOS
ECONOMIA E DIVISÃO DOS SETORES
OS AGENTES NA ECONOMIA
INDICADORES ECONÔMICOS E TECNOLÓGICOS
INDICADORES SOCIAIS E POLÍTICOS

AULA 2

PRINCIPAIS AGREGADOS MACROECONÔMICOS
PIB SOB AS TRÊS ÓTICAS
SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS
BALANÇO DE PAGAMENTOS

RISCO E INCERTEZA

AULA 3

DEMANDA AGREGADA
OFERTA AGREGADA
CONSUMO E POUPANÇA
INFLAÇÃO E DESEMPREGO
JUROS E EXPECTATIVAS

AULA 4

ECONOMIA MUNDIAL
SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL
POLÍTICA CAMBIAL
BLOCOS ECONÔMICOS E FASES DE INTEGRAÇÃO
BALANÇA COMERCIAL

AULA 5

ESTRUTURA DO MERCADO FINANCEIRO
O MERCADO DE RENDA FIXA
O MERCADO DE AÇÕES
O MERCADO SECUNDÁRIO DE AÇÕES
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO

AULA 6

MONTAGEM DE UM CENÁRIO ECONÔMICO: INTRODUÇÃO
OBTENDO OS DADOS PARA ANÁLISE
ANÁLISE DO CENÁRIO MACROECONÔMICO
ANÁLISE DE CENÁRIOS REGIONAIS
CONSIDERAÇÕES E ANÁLISE DOS RISCOS

BIBLIOGRAFIAS

- BRAGA, M. B. Princípios de economia: abordagem didática e multidisciplinar. São Paulo: Editora Atlas, 2019.
- SANTAGADA, S. Indicadores Sociais: uma primeira abordagem social e histórica. Pensamento Plural, Pelotas, n. 1, p. 113-142, jul.-dez. 2007. Disponível em <http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/01/06.pdf>.
- SILVA, M. V. D. de C. Introdução às Teorias Econômicas. Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174982/4/eBook_Introducao_as_Teorias_Economicas-Ci%C3%A7%C3%A2ncias_Contabeis_UFBA.pdf.

DISCIPLINA:

ADMINISTRAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO

RESUMO

A administração financeira está inserida em todas as nossas relações, sejam elas humanas, comerciais ou produtivas. Especificamente, em gestão de negócios, a gestão financeira é responsável pela: tomada de decisões que maximizem a riqueza do empreendimento; redução ao mínimo possível de risco do negócio; orientação da receita

ao volume e obtenção de lucros reais. Ou seja, ela é quem demandará o presente e o futuro da organização. Este material procura abranger de maneira clara e didática os principais fatores que englobam a administração financeira e o gerenciamento de capital, para que você compreenda as bases dessas áreas e desenvolva a sua atuação nelas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITOS GERAIS
O ADMINISTRADOR FINANCEIRO
FERRAMENTAS DE CÁLCULO FINANCEIRO
CALCULADORAS FINANCEIRAS - A HP-12C
FERRAMENTAS DE PROJEÇÃO FINANCEIRA

AULA 2

DECISÕES FINANCEIRAS NAS CORPORAÇÕES
PROJEÇÕES DE RECEITA
RECEITA E SAZONALIDADE
PROJEÇÕES DO BALANÇO FINANCEIRO E FLUXO DE CAIXA
A FUNÇÃO FINANCEIRA NAS EMPRESAS

AULA 3

PONTO DE EQUILÍBRIO OPERACIONAL
CUSTOS FIXOS E VARIÁVEL
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO
GRAU DE ALAVANCAGEM OPERACIONAL (GAO)
GRAU DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA (GAF)

AULA 4

GESTÃO DO CAPITAL DE GIRO
MATÉRIA-PRIMA E O ESTOQUE EXCEDENTE
EFICIÊNCIA DE GIRO E ESTOQUE
INDICADORES FINANCEIROS
ÍNDICES FINANCEIROS

AULA 5

ANÁLISE DE INVESTIMENTOS
CUSTOS EM INVESTIMENTOS
CÁLCULO E MENSURAÇÃO DOS CUSTOS EM INVESTIMENTOS
CUSTO MÉDIO PONDERADO DE CAPITAL
VAUE (VALOR ANUAL UNIFORME EQUIVALENTE)

AULA 6

VALOR PRESENTE LÍQUIDO (VPL)
TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR)
TIR INCREMENTAL
PAYBACK SIMPLES
PAYBACK ATUALIZADO

BIBLIOGRAFIAS

- CASTANHEIRA, N. P. Matemática financeira aplicada. 3. ed. Curitiba: Ibpex 2010.
- CHIAVENATO, I. Gestão financeira: uma abordagem introdutória. 3. ed. Barueri: Manole, 2014.
- LAM, C. 6 planilhas essenciais para sua empresa. Exame, 27 mar. 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/pme/noticias/6-planilhas-essenciais-para-sua-empresa>.